

Gleibe Pretti

APLICAÇÃO DA ARBITRAGEM, NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS, COMO FORMA DE EFETIVIDADE DA JUSTIÇA

Prefácio

Elias Marques de Medeiros Neto

Área específica

DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA.

Áreas afins

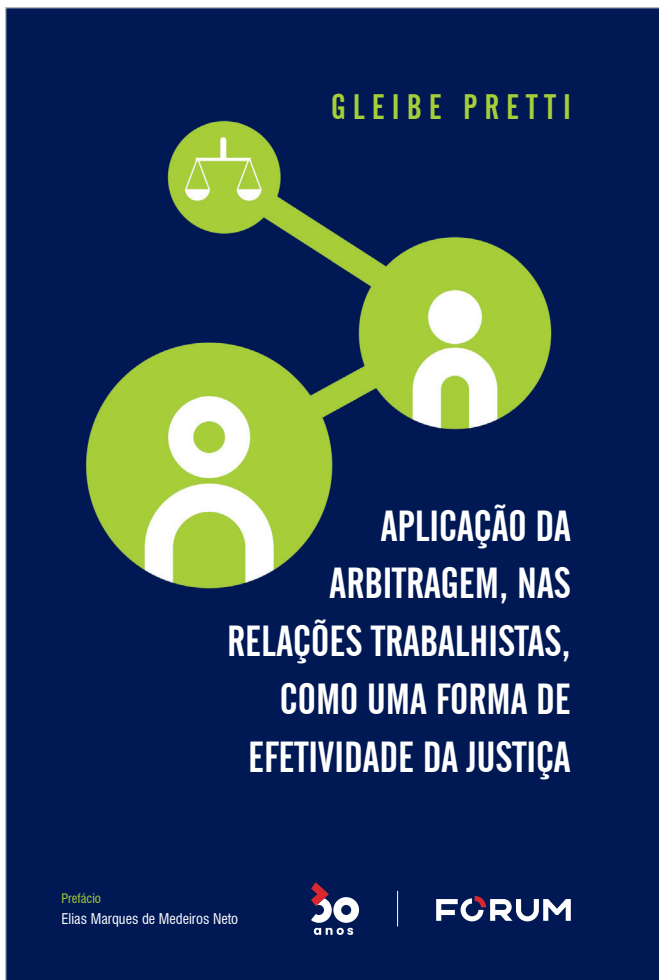
TRABALHISTA E ARBITRAGEM.

Público-alvo/consumidores

ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM DIREITO E
CONTABILIDADE. PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DO TRABALHO. ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm

CÓDIGO: 10003259



Caro leitor(a), com grande satisfação está sendo apresentada, neste momento, a obra que busca trazer as respostas, de uma forma objetiva, às dúvidas acerca da arbitragem na seara trabalhista, não apenas no aspecto coletivo, mas individual, independentemente do valor do salário de cada emprego.

A corrente majoritária nos tribunais, assim como o entendimento da doutrina dominante e atualizada, se faz presente.

Busca-se atender uma demanda latente de soluções aos conflitos apresentados de forma célere e prática. Uma nova visão da Lei nº 9.307/1996.

Boa leitura e aplicação prática.

P942a	Pretti, Gleibe Aplicação da arbitragem, nas relações trabalhistas, como uma forma de efetividade da justiça / Gleibe Pretti. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 283 p. : il. ; 14,5cm x 21,5cm. Inclui bibliografia, apêndice e anexo. ISBN: 978-65-5518-354-2 1. Direito Trabalhista. 2. Direito Processual Trabalhista. 3. Arbitragem. I. Título. CDD: 342.68 CDU: 342.9
2022-790	

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PRETTI, Gleibe. *Aplicação da arbitragem, nas relações trabalhistas, como uma forma de efetividade da justiça*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 283 p. ISBN 978-65-5518-354-2.

Gleibe Pretti

Doutor no Programa de pós-graduação em Direito da Universidade de Marília (UNIMAR-CAPES-nota 4), área de concentração Empreendimentos Econômicos, Desenvolvimento e Mudança Social, com a tese: *Aplicação da arbitragem nas relações trabalhistas, como uma forma de efetividade da justiça* (Concluído em 09.06.2022, aprovado com nota máxima). Mestre em Análise Geoambiental na Univeritas (UnG). Pós-graduado em Direito Constitucional e Direito e Processo do Trabalho na UNIFIA-UNISEPE (2015). Bacharel em Direito na Universidade São Francisco (2002) e Licenciatura em Sociologia na Faculdade Paulista São José (2016). Exerce a função de Coordenador de relacionamento do Mestrado em estudos jurídicos, com ênfase em direito internacional da Must University e Coordenador do curso de Direito da FAUSP - Faculdades Unidas de São Paulo. Atualmente, é Professor Universitário na Graduação nas seguintes faculdades: Estácio, Campos Salles (FICS) e Faculdades Unidas de São Paulo (FAUSP). Avaliador do MEC (Ministério da Educação). Professor da Jus Expert, em perícia grafotécnica. Secretário de comunicação da comissão da OAB-Pinheiros. Atua como Advogado, Árbitro na Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada de São Paulo S.S. Ltda. Cames/SP e na Secretaria Nacional dos Direitos Autorais e Propriedade Intelectual (SNDAPI), da Secretaria Especial de Cultura (Secult), desde 2015. Especialista nas áreas de Direito e Processo do Trabalho, assim como em Arbitragem. Focado em novidades da área como: LGPD nas empresas, Empreendedorismo em face do desemprego, Direito do Trabalho Pós-Pandemia, Marketing Jurídico, Direito do Trabalho e métodos de solução de conflito (Arbitragem), Meio ambiente do Trabalho e Sustentabilidade, Mindset 4.0 nas relações trabalhistas, *Compliance* Trabalhista, Direito do Trabalho numa sociedade líquida, dentre outros). Autor de mais de 100 livros na área trabalhista, dentre outros, com mais de 290 artigos jurídicos (período de 2020 a 2022), em revistas e *sites* jurídicos, realizados individualmente ou em conjunto.

E-mail: professorgleibe@gmail.com

Redes sociais: @professorgleibepretti

PREFÁCIO	
Elias Marques de Medeiros Neto	17
APRESENTAÇÃO.....	19
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
APONTAMENTOS ACERCA DA JUSTIÇA, JURISDIÇÃO, ASSIM COMO OS ENTRAVES E O SEU ACESSO, COM OS REFLEXOS NA SOCIEDADE.....	29
1.1 Justiça e seus aspectos práticos.....	29
1.2 Jurisdição	33
1.3 Acesso à justiça e seus entraves.....	38
1.4 Ondas renovatórias da justiça.....	46
1.5 Análise do direito e acesso à Justiça do Trabalho.....	83
CAPÍTULO 2	
A CRISE DO PODER JUDICIÁRIO TRABALHISTA EM NÚMEROS, A IMPORTÂNCIA DA ARBITRAGEM NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E A ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS DAS CÂMARAS ARBITRAIS NO BRASIL.....	103
2.1 Ações na Justiça do Trabalho em números.....	103
2.2 Arbitragem, seus elementos, sua análise no direito comparado e na Justiça do Trabalho no Brasil	109
2.3 Apresentação da justiça arbitral	122
2.3.1 A evolução histórica da Lei nº 9.307/1996	122
2.3.2 Ética e natureza jurídica da arbitragem.....	127
2.3.3 Pressupostos da arbitragem	136
2.3.4 Formas de instituição da arbitragem	145
2.3.5 Cláusula compromissória.....	147
2.3.6 Compromisso arbitral e suas vantagens.....	151
2.3.7 A arbitragem como meio adequado e alternativa de acesso à justiça célere.....	158
2.3.8 Análise dos procedimentos das arbitragens nas maiores câmaras arbitrais do Brasil	171
2.3.9 As vantagens a arbitragem e a sua utilização nas relações de trabalho	174
CAPÍTULO 3	
APLICAÇÃO DA ARBITRAGEM COM A LEGISLAÇÃO ATUAL NAS RESCISÕES DO CONTRATO, SUA POSTERIOR ALTERAÇÃO, RELAÇÃO DA CLÁUSULA CONTRATO-PROCEDIMENTO (VERTRAGS-VERFAHREN) E A EXECUÇÃO DO ACORDO OU SENTENÇA ARBITRAL EM VARAS ESPECIALIZADAS	181
3.1 Aplicação prática da arbitragem com a legislação atual, nas hipóteses de rescisão do contrato de trabalho e mudança legislativa a fim de ampliar o instituto	184
3.2 Princípio contrato-procedimento (<i>Vertrags-verfahren</i>) da cláusula arbitral, com a possibilidade de produção antecipada de provas, assim como a aplicação do artigo 190 do CPC, em virtude da autonomia da vontade tal qual as tutelas de urgência e sua aplicação na arbitragem	199

3.3	Criação de varas especializadas para executar ou anular decisões, assim como acordos, proferidos sob a égide da Lei nº 9.307/1996.....	208
3.4	Projetos de lei destinados à criação de regras de aplicação da arbitragem e inovações legislativas.....	224
CONCLUSÃO		229
REFERÊNCIAS.....		235
APÊNDICES		
APÊNDICE A – Tabela comparativa das câmaras		263
APÊNDICE B – Tabela comparativa das câmaras.....		265
APÊNDICE C – Tabela comparativa das câmaras		267
APÊNDICE D – Sugestões de alteração de lei a fim de dar efetividade à arbitragem		269
ANEXOS		
ANEXO A – Números de ações ajuizadas na Justiça do Trabalho		273
ANEXO B – Números de ações ajuizadas na Justiça do Trabalho.....		275
ANEXO C – Números de ações ajuizadas na Justiça do Trabalho		277
ANEXO D – Ações ajuizadas após Lei nº 13467/2017		279
ANEXO E – Processos recebidos e julgados na Justiça do Trabalho após 2020.....		281
ANEXO F – Processos recebidos e julgados na Justiça do Trabalho após 2020.....		283